



PARECER PRÉVIO Nº 19/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10786/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Japurá.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Raimundo Guedes dos Santos, Prefeito Municipal de Japurá.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 43/2017-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 1589/1596).
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Japurá. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 9.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das Contas do Poder Executivo Municipal, exercício de 2014, cuja responsabilidade cabia ao **Sr. Raimundo Guedes dos Santos**, com fundamento no art. 31, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil;

- 10- **Ata:** 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 11- **Data da Sessão:** 29 de Março de 2017.
- 12- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).



PARECER PRÉVIO Nº 19/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 19/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10786/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Japurá.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Raimundo Guedes dos Santos, Prefeito Municipal de Japurá.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal de Contas:** Parecer nº 43/2017-MP, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 1589/1596).
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Japurá. Exercício de 2014.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade** nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Prefeitura de Japurá, exercício de 2014, de responsabilidade do **Sr. Raimundo Guedes dos Santos**, como ordenador de despesas, com fulcro no art. 71, II, da Constituição da República Federativa do Brasil c/c o art. 40, II, da Constituição do Estado do Amazonas, arts. 1º, II, 4º, 5º, I, e nos arts. 19, II, 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/96 c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Raimundo Guedes dos Santos**, no valor de **R\$ 4.468,42 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos)**, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, de acordo com a melhor inteligência do art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96, em virtude das seguintes impropriedades: a) ausência de demonstrativo mensal do quantitativo de servidores admitidos no exercício a que se refere a prestação de contas, informando a forma de provimento e o número e data do ofício de encaminhamento do



ACÓRDÃO Nº 19/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

processo de admissão ao TCE/AM; b) ausência de controle com as despesas com aquisição de combustível, além da inexistência de um mapa sobre o uso do mesmo, com identificação dos motoristas. O recolhimento deve ser feito no prazo de **30 dias**;

- 9.3. Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Guedes dos Santos, no valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos)** para cada mês de atraso no envio dos dados por meio do sistema ACP (janeiro a dezembro), **totalizando R\$ 13.152,96 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos)**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, redação dada pelo artigo 2º, da Resolução n.º 25, de 30 de agosto de 2012, de acordo com a fundamentação do item 1.2, “c”, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de **30 dias**.
- 9.4. Determinar** à Prefeitura Municipal de Japurá que observe, com maior empenho, os seguintes tópicos:
- a. Lei n.º 8.666/93;
 - b. Resolução TCE n.º 27/2013;
 - c. Resolução TCE n.º 24/2013;
 - d. Lei Complementar n.º 06/91, no que diz respeito ao encaminhamento dos balancetes, via sistema informatizado;
 - e. Estabeleça normas e procedimentos com vista a realizar o controle dos gastos com combustível, a quantidade requisitada do combustível para abater do valor contratado, a identificação do carro abastecido para aferir correspondência com atividades ligadas à prefeitura de Japurá e os dias dessas transações para subsidiar o planejamento com esse tipo de gasto;
 - f. Utilize agência bancária oficial, logo que a mesma seja instalada em sua sede;
- 9.5. Determinar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores da condenação**, por parte do **Sr. Raimundo Guedes dos Santos**, conforme preceituado pelo art. 73 da Lei Orgânica deste Egrégio Tribunal de Contas e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 04/02-TCE/AM;
- 9.6. Dar ciência ao Sr. Raimundo Guedes dos Santos**, gestor à época, e seu Advogado, Dr. Egídio Gomes de Queiroz Neto, OAB/AM 7.297, a respeito deste julgamento.



ACÓRDÃO Nº 19/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/ 2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10- Ata:** 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
11- Data da Sessão: 29 de Março de 2017.
12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
12.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.
13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral